A PRIMEIRA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ENSAIO SOBRE A RECEPÇÃO DA OBRA *BREVE NOTÍCIA SOBRE A PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE* (1877) DE MANOEL FERREIRA NOBRE

Bruno Balbino Aires da Costa[1]

RESUMO

A obra *Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte* (1877) de Manoel Ferreira Nobre é considerada, pela historiografia norte-rio-grandense, como a primeira história do Rio Grande do Norte. A memória em torno do pioneirismo da obra foi uma construção dos sócios do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN). Na década de 70, os sócios da agremiação republicaram a *Breve Notícia*, tecendo vários comentários à obra, bem como atualizando-a e corrigindo-a. De que maneira a *Breve Notícia* foi lida pela historiografia norte-rio-grandense instalada no IHGRN? Que críticas e comentários foram feitos à considerada primeira história do Rio Grande do Norte? O presente ensaio tem como objetivo estabelecer uma análise historiográfica acerca da recepção da referida obra.

Palavras-chave: Historiografia; Recepção; História do Rio Grande do Norte

ABSTRACT

The works *Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte* (1877) of Manoel Ferreira Nobre is considered by the *norte-rio-grandense* historiography as the first history of Rio Grande do Norte. The memory surrounding the pioneering work was a construction of the members of *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN). In the 70's, members of the association republished the *Breve Notícia*, making comments on the work, as well as updating and correcting it. In what way has the *Breve Notícias* been read by the historiography installed in the IHGRN? What criticism and comments were made to the first history of Rio Grande do Norte? The article analyzes the reception of this work.

Keywords: Historiography; Reception; History of Rio Grande do Norte

INTRODUÇÃO

Publicada pela *Tipographia do Espírito Santense*, em 1877, a obra *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte baseada nas leis, informações e fatos consignados na história antiga e moderna,* de Manoel Ferreira Nobre, é considerada, pela historiografia norte-

[1] Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS) e professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Canguaretama. E-mail para contato: bruno.aires@ifrn.edu.br

rio-grandense, a primeira história da província.[2] Alçado à condição de primeiro historiador do Rio Grande do Norte, Manoel Ferreira Nobre nasceu em 1824, na cidade do Natal.[3] Não se sabe muitas informações acerca da sua infância e mocidade, entretanto, as pesquisas realizadas pelo desembargador Antônio Soares e por Luís da Câmara Cascudo, no final dos anos quarenta e começo dos anos cinquenta, trazem à tona certos dados acerca da sua biografia.[4]

Manoel Ferreira Nobre descende de uma das famílias tradicionais do Rio Grande do Norte do século XIX: os Ferreira Nobre. Era filho do alferes Manoel Ferreira Nobre e Inácia Joaquina de Almeida.[5] Não trilhou a carreira profissional do pai e tampouco enveredou-se pelos *estudos maiores*.[6] De acordo com Augusto Tavares de Lyra, Manoel Ferreira Nobre dedicou-se *com carinho* ao estudo da história e da geografia local, muito embora “não tivesse cultura sistematizada”.[7]

---

[2] PETROVICH, Enélio Lima. Apresentação. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971; CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LV, 1962-1963, p.5-10; MELO, Manoel Rodrigues de. Prefácio. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971; MARIZ, Marlene da Silva. Balanço da historiografia norte-rio-grandense.In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN. 1., 2004. Natal. **Anais do I Encontro Regional da ANPUH-RN.** Natal: EDUFRN. 2006; CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. **O ensaio de uma identidade:** o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877-1898). Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da UFRN/CCHLA, 2008; GOMES NETO, João Maurício. **Entre a ausência declarada e a presença reclamada:** a identidade potiguar em questão. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

[3] Não há um consenso entre os historiadores potiguares em relação ao local e ao ano do nascimento de Manoel Ferreira Nobre. Conforme, o intelectual Raimundo Nonato, não se sabe precisamente onde Manoel Ferreira Nobre nasceu. Embora, Tavares de Lyra tenha afirmado que o lugar do seu nascimento tenha sido em Natal, Raimundo Nonato aponta uma outra possibilidade: a cidade de Ceará-Mirim. Conferir NONATO, Raimundo. [Orelha do livro]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti. 1971. Em relação ao ano de nascimento, de acordo com Tavares de Lyra, o primeiro historiador do Rio Grande do Norte, nascera em 1833. Todavia, para Luís da Câmara Cascudo e Enélio Lima Petrovich, foi em 1824. Cf. LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** 1ª ed. Rio de Janeiro: TypografiaLeuzinger, 1921. p.788; CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Vol LV, 1962-1963, p.8 PETROVICH, Enélio Lima. Apresentação. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971. p.5

[4] Uma das novidades apresentadas por Antônio Soares e Cascudo acerca da infância de Manoel Ferreira Nobre foi a data do seu batismo realizado em 21 de março de 1824. Conferir CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Vol LV, 1962-1963 e SOARES, Antônio. Ferreira Nobre. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

[5] CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Vol LV, 1962-1963, p.5 e NONATO, Raimundo. [Orelha do livro]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti. 1971.

[6] CASCUDO, Luís da Câmara. **Op. cit.** p.5.

[7] LYRA, Augusto Tavares de. **Op.cit.** p.788.

Assim como outros norte-rio-grandenses do final do século XIX e começo do XX, Manoel Ferreira Nobre exerceu conjuntamente o papel de político e de intelectual.[8] Transitou entre os dois partidos do Império, tanto o liberal como o conservador[9], atuando em cargos políticos importantes da província. Foi oficial-menor da Assembleia Legislativa, a 6 de fevereiro de 1852; ajudante d'Ordens dos presidentes de província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho, em 1853, e Pedro Leão Veloso, em 1861; oficial-maior da Assembleia Legislativa, a 29 de julho de 1856; deputado provincial no biênio 1860-1861; segundo secretário da Assembleia Legislativa da província; e aposentou-se no posto de Bibliotecário Público Provincial.[10] No período da Guerra do Paraguai (1864-1870), foi capitão da Guarda Nacional[11], mais especificamente, comandante da *Segunda Companhia do Primeiro Corpo de Voluntários da Pátria*, embora, segundo Cascudo, tenha sido julgado incapaz de prestar serviços militares pela junta de saúde, sendo dispensado a 4 de junho de 1866.[12] Na aposentadoria, vivendo fora da capital da província, exerceu a função de advogado, mesmo não possuindo formação bacharelesca, como descreve Cascudo: "com os conhecimentos e

---

[8] Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seu artigo *De amadores à desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo* (2005), historiciza a irrupção da figura do intelectual e o desaparecimento do erudito no Ocidente. De acordo com ele, "entre fins do século XIX e meados do século XX um outro lugar de sujeito, um outro modelo de identidade surgiu no Ocidente para nomear aquele que se dedica ao trabalho de produção de sentidos, de produção de símbolos, às atividades do pensamento e das artes. Esta figura é a do intelectual, identidade que só está em circulação a partir das últimas décadas do século XIX, como pudemos constatar em nossa pesquisa." Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. De amadores à desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. In: **Trajetos**, Fortaleza, v. 03, n.06, p. 43-66, 2005.

[9] Há uma divergência entre Luís da Câmara Cascudo e Antônio Soares em relação ao partido político que Manoel Ferreira Nobre fazia parte. Enquanto, o primeiro afirmava que o primeiro historiador era membro do Partido Liberal, o segundo asseverava que era *correligionário do Partido Conservador*. Conferir CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Vol LV, 1962-1963, p.6 e SOARES, Antônio. Ferreira Nobre. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971. p.225. Em relação à polêmica em torno da filiação partidária de Manoel Ferreira Nobre, a historiadora Vitória Mônica de Andrade Carvalho, comenta: "a circulação entre os partidos não seria estranhada, já que as reviravoltas são situações comuns à prática política. Porém, ao que parece, vai além da noção percebida pela convivência trazida na Assembléia e na Presidência da Província, que Ferreira Nobre permanecia próximo aos partidários nortistas, informação confirmada na dedicatória de seu livro direcionada a um senador conservador." CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. **O ensaio de uma identidade:** o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877-1898). Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da UFRN/CCHLA, 2008, p.25-26.

[10] CASCUDO, Luís da Câmara. **Op.cit.** p.5-7.

[11] Sobre a relação entre a atuação política e a carreira militar na trajetória de vida de Manoel Ferreira Nobre, a historiadora Vitória Mônica de Andrade Carvalho, comenta: "revelava outra característica marcante do papel da província no Império: a ascendência alcançada pelos riograndenses devido à integração às filerias das tropas que participavam das contendas locais e também por conservarem a ordem nesse espaço de fronteira, é que permitiam a confirmação do vínculo estreito entre posição política e *status* militar." CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. **Op. cit.** p.24.

[12] CASCUDO, Luís da Câmara. **Op.cit.** p.6

prática que sua inteligência orientava agilmente dedicou-se à advocacia nos municípios próximos à Capital (...) defendendo os interesses de seus constituintes."[13]

Como podemos perceber, a trajetória política de Manoel Ferreira foi atravessada pela inserção em vários cargos administrativos da província, muito embora transitasse também pelo mundo intelectual, colaborando com alguns jornais políticos e literários, segundo Augusto Tavares de Lyra.[14] Esteve perto das figuras centrais do poder, especialmente dos presidentes de província. Para eles trabalhou, acompanhando-os em suas viagens pelo interior do Rio Grande do Norte. Todavia, Manoel Ferreira Nobre não foi reconhecido, sobretudo pelos seus futuros conterrâneos, pelos cargos políticos e administrativos que ocupou. Muito menos foi lembrado pelas suas práticas advocatícias em várias cidades da província. O aspecto biográfico mais destacado pela intelectualidade norte-rio-grandense da segunda metade do século XX, principalmente aquela vinculada ao *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN), foi o suposto pioneirismo em publicar a primeira história do Rio Grande do Norte. Diante do exposto, perguntamos: de que maneira a referida obra foi lida pela historiografia norte-rio-grandense? Que críticas e comentários foram feitos à considerada primeira história do Rio Grande do Norte? Responder às questões supracitadas é o escopo desse artigo.

UM "LIGEIRO ENSAIO"

No dia 15 de março de 1877, Manoel Ferreira Nobre terminava de escrever o prefácio de sua única obra. Dirige-se *ao público*, informando-lhe o que deveria se esperar de sua obra: não uma história "preciosa e interessante do Rio Grande do Norte", mas um *ligeiro ensaio*.[15] Um pouco mais de vinte anos antes do prefácio da *Breve Notícia*, Varnhagen, no primeiro volume da *História Geral do Brazil*, mais especificamente na dedicatória a D. Pedro II, definira sua obra como um ensaio.[16]Tal declaração tratava-se "menos de uma definição de

[13]Idem. p.7.
[14] LYRA, Augusto Tavares de. **Op.cit.** p.789. Infelizmente, desconhecemos os textos de Manoel Ferreira Nobre publicados em jornais.
[15] NOBRE, Manoel Ferreira. Ao público [prefácio]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.
[16] VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil,** isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

gênero do que a demonstração de modéstia intelectual", conforme Fernando Nicolazzi.[17] Manoel Ferreira Nobre repetiu o gesto de Varnhagen.

O autor da *Breve notícia* não justificou a razão pela qual definiu seu livro como ensaio e não como história. É importante salientar que, no século XIX, o *ensaio* era um gênero ainda impreciso, "com tópicos mal definidos e um campo de atuação de limites indistintos. "[18] Desse modo, no oitocentos o *ensaio* aparece como um gênero de fronteira, um tipo de escrita-limite que procura transcrever ou traduzir uma ideia, um conhecimento, um pensamento que "se desenvolve de forma não sistemática e errante, fragmentária e inconclusa, assumindo como objeto de reflexão não apenas a "matéria", mas igualmente a "maneira". "[19] Diante de um contexto de imprecisão conceitual do *ensaio*, Manoel Ferreira Nobre apenas expressa ao público que seu trabalho fora fruto do contraste entre a fragilidade de suas produções e sua força de vontade em superar os limites do seu empreendimento: "encontrei dificuldades quase insuperáveis, porém, foram destruídas pela força de vontade, e agora cabe-me o desvanecimento de apresentar à luz pública as minhas fracas produções."[20] Em outras palavras, Manoel Ferreira Nobre estava comunicando aos seus leitores que seu trabalho fora feito no limite. Todavia, seu prefácio não foi um espaço apenas de evidenciação dos limites de sua obra. Por meio dele, Manoel Ferreira Nobre narra a história do seu próprio texto,[21] como podemos perceber nos dois primeiros parágrafos do prefácio da *Breve Notícia*:

> Em meu trabalho de Oficial-Maior da Secretaria da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte, lugar que exerci por mais de dois anos, era adstrito fornecer às Comissões Permanentes da casa, todas as informações necessárias para acerto das deliberações.
> Esta necessidade, continuamente repetida, induziu-me a tomar apontamentos; tive para logo a idéia de os dar a lume, visto não ter aparecido

[17] NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história:** a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.401.
[18] Idem. p.380
[19] Idem. p.383
[20] NOBRE, Manoel Ferreira. Ao público [prefácio]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.
[21] O historiador Fernando Nicolazzi apresenta as várias funções específicas de um prefácio em textos historiográficos: "recomendar uma leitura particular, definir as intenções do autor, comentar ou refutar possíveis críticas ou mesmo aquelas de fato realizadas (no caso de prefácios posteriores à publicação original), entre outras – pode-se, então, sugerir que os prefácios estabelecem uma espécie de *pacto autoral,* por meio do qual o autor dialoga com seus leitores, críticos ou apologéticos, mas também consigo próprio, na medida em que o tema basilar deste texto é a sua própria obra." Desse modo, o prefácio diz o texto subsequente, isto é, a obra em si, "com outros termos e de forma diversa, narrando sua construção, definindo seus limites e estabelecendo suas condições de possibilidade. O prefácio permite, ao passo dessas considerações, escrever a história do texto." NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história:** a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.99-100.

> ainda descrição alguma especial da província, a que tenho a honra de pertencer.[22]

De acordo com Manoel Ferreira Nobre, o ofício na secretaria da Assembleia e a constatação de que a sua província ainda não tinha recebido alguma descrição especial, levaram-no a escrever sobre o Rio Grande do Norte. O seu texto foi possível a partir da inserção do autor em um lugar: a burocracia provincial.

Em fevereiro de 1852, Manoel Ferreira Nobre deu início à sua trajetória na administração da província, começando como Oficial-menor da Assembleia Legislativa.[23] No ano seguinte, tornara-se ajudante de ordens do presidente de província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho, e oito anos depois, passou a exercer a mesma função na administração de Pedro Leão Veloso.[24] Em 1856, tornou-se Oficial-maior da Assembleia, passando mais de dois anos no cargo, quando foi eleito como deputado provincial, posição que não o impediu de ausentar-se da secretária da Assembleia legislativa. Depois de sua carreira como militar, o capitão Manoel Ferreira Nobre aposentou-se como bibliotecário público provincial.[25] Logo, do início de sua carreira até a aposentadoria, Manoel Ferreira Nobre esteve diretamente vinculado à burocracia provincial, sobretudo, assumindo a secretaria da Assembleia legislativa da província.

Manoel Ferreira Nobre era um burocrata que no dia a dia operava com documentos oficiais que passavam constantemente em suas mãos e não um antiquário. Era um Oficial-maior, lidava cotidianamente com informações que transitavam na Assembleia provincial. Para Luís da Câmara Cascudo, essa condição de Oficial-maior habilitou-lhe "a conhecer o Rio Grande do Norte em seu aspecto diário de funcionamento normal", por isso, segundo ele, escreveu a *Breve Notícia*.[26] Manoel Ferreira Nobre não foi um pesquisador que precisou deslocar-se do seu espaço de origem em busca de arquivos. Foi à procura de fontes sem sair do Rio Grande do Norte. A partir dos arquivos da própria burocracia provincial, em que desempenhava sua repetitiva atividade de organizar documentos oficiais e remetê-los à Assembleia, que Manoel Ferreira Nobre foi, conforme ele mesmo, *induzido* a pesquisar as

---

[22] NOBRE, Manoel Ferreira. Ao público [prefácio]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971

[23] CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LV. 1962-1963. p.6.

[24] Idem.

[25] Não sabemos ao certo, o ano da aposentadoria de Manoel Ferreira Nobre. Luís da Câmara Cascudo e Antônio Soares não mencionam a data da sua aposentadoria. O que sabemos, à luz das informações de Cascudo é que Ferreira Nobre, quando aposentado, foi residir em São José de Mipibu, onde foi interino do 1º tabelionato, de agosto a outubro de 1889. Idem.p.6-7.

[26] Idem. p.9.

coisas de sua terra. Assim como Leopold von Ranke e muitos eruditos do século XIX, Manoel Ferreira Nobre deleitou-se com uma das grandes descobertas da história do início do oitocentos: o arquivo.[27] Tendo acesso direto aos principais arquivos do Rio Grande do Norte, Manoel Ferreira Nobre decidiu escrever seu texto a partir deles, tendo em vista "não ter aparecido ainda descripção alguma especial da província. " A lacuna em relação ao estudo sobre a província e o constante manuseio dos documentos presentes nos arquivos públicos do Rio Grande do Norte explicam os motivos que levaram Manoel Ferreira Nobre a escrever o seu texto.

A PUBLICAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DA OBRA

A primeira edição da obra *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte* (1877) foi uma iniciativa pessoal. O texto de Manoel Ferreira Nobre não foi fruto de uma encomenda do estado imperial ou de algum órgão da província. Manoel Ferreira Nobre teve que custear a sua obra ao preço de dois mil réis, conforme Luís da Câmara Cascudo.[28] Todavia, não hesitou em pedir auxílio financeiro aos seus conterrâneos, como podemos perceber na notícia publicada pelo jornal *Brado Conservador* da cidade de Assú no dia 1º de junho de 1877:

> Lê-se no *Espirito Santense*: – << Pelo illustrado Sr. Manoel Ferreira Nobre, acabamos e receber um volumoso manuscripto, contendo factos historicos e tradicções da provincia do Rio Grande do Norte, o que muito agradecemos.
> Não se áchandoquasi nada escripto sobre aquellaprovincia, o illustrado o author presta a sua provincia (Rio Grande do Norte) um valioso serviço, e mais que tudo ao paiz em geral.
> Breve daremos principio á publicação desse importante trabalho, com que nos honrou desse distincto cavalheiro.
> Tambem nós labutamos em um igual trabalho, que já se acha bastante adiantado, sobre factos historicos desta provincia, e que são na maior parte ignorados.>>"
> "Transcrevendo do *Espirito Santense*estas linhas, temos em vista colher informações acerca de factos historicos desta provincia, afim de auxiliarmos a importante empreza em que se acha empenhado aquelle nosso distincto comprovinciano.
> Agradeceremos, pois, qualquer offerta que neste sentido nos for apresentado, incumbindo-nos de fazel-a chegar ao seu destino. [29]

[27] GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição.** Campinas: Papirus, 1998, p.43; Conferir: FARGE, Arllete. **O sabor de arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.
[28] CASCUDO, Luís da Câmara. **Op.cit.** p.5.
[29]**Brado conservador**. Assú. 1 de junho de 1877.

Os editores do jornal *Brado Conservador* transcreveram a notícia veiculada em uma gazeta do Espírito Santo. O motivo da transcrição justifica-se: o manuscrito de um norte-rio-grandense dedicado a colher informações sobre os fatos históricos e as tradições da província. Era preciso sensibilizar os potiguares da cidade do Assú-RN para auxiliar financeiramente seu *distinto comprovinciano* no cumprimento de seu empenho. Para isso, os editores dispuseram o seu próprio jornal como veículo pelo qual os leitores poderiam dispensar seus recursos em prol da causa. Não temos fontes que confirmem se a moção do *Brado Conservador* obteve sucesso. O que sabemos é que o empreendimento intelectual de Manoel Ferreira Nobre era custoso para alguém que decidiu arcar as despesas sozinho. Em carta remetida ao padre João Alípio, no dia 29 de agosto de 1878, ele pedia auxílio financeiro ao amigo: "A importância da assinatura ficará à sua vontade, pois que não quero negociar, e apenas recorro aos sentimentos generosos dos meus patrícios amigos, para poder satisfazer as despesas da impressão de minha obrinha."[30] Assim como os leitores do jornal *Brado Conservador,* não sabemos se o padre João Alípio correspondeu ao pedido do seu amigo, Manoel Ferreira Nobre. Talvez tenha conseguido receber recursos dos seus conterrâneos desconhecidos e amigos, dentre estes, o senador João José de Oliveira Junqueira, a quem dedica a sua obra "como testemunho de profunda gratidão e sincera amizade."[31] Não sabemos as razões que o levaram a dedicar a obra ao senador e amigo. É possível que João José de Oliveira Junqueira tenha patrocinado sua obra, no entanto, não encontramos nenhum documento que tratasse a respeito da questão.

Em relação à recepção da primeira edição da obra, não conseguimos identificar qualquer menção ao livro nos jornais ou nas revistas publicados pelos homens de letras da província no final do século XIX e começo do XX. O comentário mais *antigo* que conseguimos encontrar veio do último capítulo do livro *História do Rio Grande do Norte* (1921) de Augusto Tavares de Lyra, intitulado *Ligeiros traços biographicos de cincoenta rio-grandenses illustres, fallecidos antes de 1910.* Como sugere o título do capítulo, Tavares de Lyra escreveu pequenas páginas de biografia sobre os que ele considerava serem os mais ilustres norte-rio-grandenses. Manoel Ferreira Nobre estava nesse *panteão*. Basicamente, as informações biográficas evidenciadas por Tavares de Lyra diziam respeito ao lugar e ao ano de nascimento e morte de Manoel Ferreira Nobre, sua trajetória política e a razão do seu *mérito excepcional*: "foi o primeiro e ainda é, no genero, um dos poucos que existem sobre o

[30] [Carta ao padre João Alípio]. SOARES, Antônio. Ferreira Nobre. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971. p. 225.
[31] [Dedicatória] NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

Rio Grande do Norte."[32] Decerto, este aspecto foi o que justificou a inserção de Manoel Ferreira Nobre no *panteão* de Tavares de Lyra.[33]Apesar disso, a *Breve Notícia* não ficou imune ao juízo de Augusto Tavares de Lyra. Sua crítica foi lacônica: contém erros e defeitos.[34] Mas quais defeitos, que erros? Tavares de Lyra não fez menção a nenhum.

O IHGRN E A REPUBLICAÇÃO DA *BREVE NOTÍCIA*

Do ano de sua publicação, em 1877, até a metade do século XX, a *Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*, passou quase despercebida pelos letrados norte-rio-grandenses. Demorou quase cem anos para que a obra ganhasse uma segunda edição. Somente em 1971, no auge da ditadura civil-militar, é que o *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN), na gestão do presidente Enélio Lima Petrovich, conseguiu, com a colaboração do *Conselho Federal da Cultura*, publicar uma nova edição da obra de Manoel Ferreira Nobre.[35] Porém, o esforço em publicar uma nova edição do livro já existia desde os anos de 1950. O próprio Luís da Câmara Cascudo propôs, em fins de 1953, a Nestor Lima, até então presidente do IHGRN, que reeditasse a obra na ocasião do 130º aniversário do nascimento do autor.[36]

Por volta dos anos de 1940, Luís da Câmara Cascudo começou sua pesquisa "arrastada anos e anos", pelos mais diversos arquivos das cidades do estado, procurando informações acerca da biografia de Manoel Ferreira Nobre.[37] O resultado de sua pesquisa só foi publicado posteriormente, pela revista do Instituto, no início da década de 60, com o título *Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre.* O artigo é dividido em três partes. Na primeira, Cascudo menciona informações gerais da obra de Manoel Ferreira Nobre, tais como: a editora, o ano de publicação e o custeio. Informa ainda o ano do batismo de Ferreira Nobre e sua trajetória política. Na segunda parte, Cascudo trata exclusivamente da problemática em torno do ano e do lugar onde falecera: "Manoel Ferreira Nobre faleceu em Papari, hoje Nísia Floresta, a 15 de agosto de 1897. Acabou-se o problema..."[38] O *problema* mencionado por ele era uma referência à incerteza do ano e do lugar em que Manoel Ferreira Nobre havia falecido. Luís da

---

[32] Idem.
[33] LYRA, Augusto Tavares de. **Op.cit.** p.790.
[34] Idem.
[35] Não tivemos acesso a primeira edição do livro. Desse modo, utilizaremos a reimpressão da segunda edição, publicada pela editora Sebo Vermelho em 2011.
[36] CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LV. 1962-1963, p.9
[37] Idem, p.7
[38] Idem, p.8

Câmara Cascudo corrigiu a informação dada por Augusto Tavares de Lyra, em sua *História do Rio Grande do Norte* (1921), de que Manoel Ferreira Nobre teria falecido na cidade de São José de Mipibu, em 1889.[39]

Na última parte do artigo, Cascudo dedica-se a informar sobre o principal elemento da biografia de Ferreira Nobre: seu livro. Assim como Augusto Tavares de Lyra, Cascudo elege o pioneirismo da *Breve Notícia* como o acontecimento mais importante da biografia de Manoel Ferreira Nobre. Semelhantemente a Augusto Tavares de Lyra, uma das principais críticas feitas por Luís da Câmara Cascudo foi a quantidade de enganos e erros presentes no livro.[40] Inclusive, para ele, era interessante que a *Breve Notícia* ganhasse uma nova edição anotada, não para atualizá-la, "porque perderia seu sabor arcaico, a graça de sua velhice conversadeira e saborosa", mas para apontar as recorrentes informações errôneas.[41] Não é por acaso que Luís da Câmara Cascudo foi um dos membros escolhidos pelo IHGRN para comentar a obra de Manoel Ferreira Nobre.

Luís da Câmara Cascudo acrescenta ainda outro elemento à sua crítica: o livro de Manoel Ferreira Nobre não era bem uma história, mas uma crônica breve e sucinta.[42] Cascudo não nos diz por que classificou o referido livro como uma narrativa mais próxima da crônica do que da história. Talvez Cascudo seguiu o gesto de Varnhagen e de Capistrano de Abreu que também classificavam parte da historiografia que lhes antecediam de *crônica*.[43] No entanto, o seu gesto classificatório não foi por acaso.

Um dos primeiros lugares em que Cascudo ocupou, enquanto homens de letras, foi o de cronista da cidade de Natal.[44]Entre o final dos anos de 1910 e em toda década de 1920, o jovem letrado passou a publicar várias crônicas, sobretudo no jornal do seu pai, *A Imprensa,* e no periódico oficial do estado, *A República*, "com temáticas voltadas para a observação da cidade e, vez por outra, algumas resenhas bibliográficas sobre escritores de todo país."[45] Embora as crônicas tratassem de outras temáticas, como: resenhas de livros, fatos referentes à

[39] LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.790
[40] CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LV. 1962-1963. p.5
[41] Idem.
[42] Idem, p.9
[43] Conferir: OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927).** 183f. 2006. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
[44] Conferir: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. O nascimento do cronista e o nascimento da cidade de Natal. In: CASCUDO, Luís da Câmara; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar (org.). **Crônicas de origem:** a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. 2ª. ed. Natal: EDUFRN, 2011. p.11-58.
[45] SALES NETO, Francisco Firmino. **Luís Natal ou Câmara Cascudo:** o autor da cidade e o espaço como autoria. 2009. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p.68.

história do Rio Grande do Norte, aspectos do folclore brasileiro, elementos da formação cultural da nação, entre outros, o principal objeto descrito por Cascudo era a cidade de Natal.[46]

Em grande medida, suas crônicas eram produto de suas idas *in loco* às ruas da cidade: “Ha dias passados, fiz um passeio scismarento (sic) e longo pelas velhas ruas de Natal. Tanta casa silenciosa rompendo a nudez para gritar-me nomes e erguer figuras do pretérito.”[47] Essa experiência de deslocamento lançou-o até o passado da sua cidade[48], mostrando aos seus leitores a continuidade do passado no presente. Em suas crônicas, Cascudo passa a informá-los acerca dos modos de viver na cidade, descrevendo os costumes e a mentalidade dos citadinos, evidenciando o cotidiano da pequena capital e o seu passado. Seus relatos são concisos. Suas crônicas sobre a cidade são fragmentadas. Não buscam a construção de um sentido temporal que atravessasse toda a experiência da cidade no tempo.

As crônicas cascudianas mostram o passado no presente, mas não cosem uma narrativa de conjunto, um *todo coerente*, uma identidade temporal que organize e signifique as experiências dos citadinos no tempo. Cascudo sabia disso. Não é por acaso que, em 1947, publica sua *História da cidade do Natal*, exatamente para dar unidade aos elementos que estavam dispersos em suas crônicas sobre Natal. Somente a história poderia dar a unidade temporal à cidade. Para ele, só a narrativa da história poderia dar sentido temporal aos seus moradores frente às vicissitudes que ameaçavam ruir a ordem social e política de Natal, a partir dos anos 40: “A trajetória descrita pelo trabalho consagrado à busca da unidade entre os homens do presente e do passado, entre o indivíduo e sua comunidade ameaçada de esfacelar-se, correspondeu, sob o ponto de vista do gênero narrativo, à passagem da crônica (o fragmento) à história (a síntese).”[49] Foi a história da cidade, e não as crônicas sobre ela, que produziu a identidade entre os natalenses do passado com os do presente. Embora tomassem a cidade como objeto dos seus relatos, a crônica e a história eram concebidas por Cascudo de forma distinta. Talvez essa questão explique, ainda que parcialmente, a classificação instituída por ele, quando considerou a obra de Manoel Ferreira Nobre como crônica e não como história. É interessante mencionar que esse mesmo raciocínio esteve presente na crítica de Capistrano de Abreu à *História Geral do Brazil,* de Varnhagen, feita no final do século XIX.

---

[46] Conferir: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **Op. cit.** p.13.
[47] CASCUDO, Luís da Câmara. Doutor Antunes. In: **A República**. Natal, 6 de dezembro de 1928.
[48] ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. Do alto da torre da matriz, acompanhando a procissão dos mortos: Luís da Câmara Cascudo, o historiador da cidade do Natal. **Revista Espacialidades [online]**. 2011, v. 4, n. 3. p.6-7
[49] Idem, p.32.

Para Capistrano de Abreu, a obra de Varnhagen possuía muitos traços de crônica.[50] Uma destas marcas tinha a ver, segundo ele, com a falta de *intuição de conjunto*, isto é, a ausência de uma narrativa que conferisse coerência, unidade e inteligibilidade aos acontecimentos narrados.[51] Na avaliação de Capistrano de Abreu, faltava ao texto de Varnhagen uma narratividade histórica plena, ou seja, o estabelecimento de um relato, um enredo que pudesse dar sentido às distintas periodizações da história do Brasil.[52] Nesse ponto, não é absurdo considerar que a leitura crítica que Cascudo fez da obra de Manoel Ferreira Nobre tenha tido como elemento norteador o arrazoado de Capistrano de Abreu em relação ao texto de Varnhagen.

De fato, a obra de Manoel Ferreira Nobre não trouxe uma síntese histórica para o Rio Grande do Norte. Os capítulos não correspondem a unidades de sentido, organizados a partir de um ordenamento temporal, mas são compostos de narrativas desconexas sobre as cidades e vilas da província. O Rio Grande do Norte não é tratado como um *ente* em si mesmo, como uma totalidade temporal. A narrativa de Manoel Ferreira Nobre é, na verdade, o somatório de informações sociais, econômicas, culturais, institucionais, políticas, entre outras, das cidades e vilas que compunham a província à época do autor. Se pensarmos a estrutura das crônicas de Cascudo sobre a cidade do Natal, a *Breve Notícia* de Manoel Ferreira Nobre seria uma soma das *crônicas* das cidades e vilas da província. São informações isoladas de cada uma das unidades que fazem parte do Rio Grande do Norte. Manoel Ferreira Nobre não construiu uma narrativa geral para a província, como Cascudo fez, em 1955, em sua *História do Rio Grande do Norte*. Na obra de Manoel Ferreira Nobre, o relato histórico não é caracterizado por uma construção de uma unidade narrativa que faça significar e organizar a experiência dos norte-rio-grandenses no tempo. Isso não quer dizer que Cascudo a tenha desmerecido ou tenha colocado sob suspeição a sua primazia. Pelo contrário, embora não tenha sido propriamente uma história, como ele considerava, a obra de Manoel Ferreira Nobre foi o primeiro volume publicado com intenção de história: "Antes dele, nada existe. Começou a série..."[53] Para Cascudo, o valor da obra não residia somente pela sua intencionalidade histórica, mas nas informações nela contidas, daí o seu apelo para que o IHGRN a publicasse novamente. Luís da Câmara Cascudo não esteve só nessa empreitada.

Outro sócio do IHGRN que contribuiu para a republicação da *Breve Notícia* foi o desembargador Antônio Soares. Em seu discurso de posse na *Academia Norte-rio-grandense*

---

[50] OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Op. cit.** p.77.
[51]Idem. p.78.
[52] Idem. p.82.
[53] CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Vol LV, 1962-1963, p.10.

de Letras (ANL), pronunciado no dia 1º de dezembro de 1949, o desembargador defendeu a criação de uma cadeira na agremiação que homenageasse o considerado primeiro historiador do Rio Grande do Norte:

> Daí, o dever, que passei a considerar imperioso, de tornar imutável, pela perpetuidade, a denominação da cadeira que fizer apor, com a aquiescência da Academia, o nome do benemérito rio-grandense – Manoel Ferreira Nobre – nobre de nome e nobre nos seus demonstrados sentimentos patrióticos. [54]

Conforme Antônio Soares, sua defesa refletia o seu comprometimento em tirar da "lamentável situação, de quase abandono, um valoroso rio-grandense do norte."[55] Seu objetivo era claro: construir uma memória para o conterrâneo que primeiro escrevera a história do Rio Grande do Norte. Era necessário tirá-lo do esquecimento, não só sua biografia – tornando-o uma figura notável, imortal – mas também sua obra. Para Antônio Soares, a criação de uma cadeira com o nome do *notável patrício* era uma forma de fazer justiça à memória de Manoel Ferreira Nobre, uma maneira de arrancar do crime do esquecimento seu nome e exaltar "o seu mérito, real, indiscutível."[56] Não é por acaso que o próprio Antônio Soares assumiu, perante os seus pares da *Academia*, o compromisso de colher mais informações sobre a biografia de Manoel Ferreira Nobre, usando o expediente da viagem:

> Excursão de turismo? Absolutamente, não. Forma poucas e curtas minhas viagens de recreio. Andei, sim, numa cívica peregrinação, em busca do lugar onde tivera sepultura um patrício ilustre, a quem cruéis privações lançaram numa vida errante, obrigado a tirar meios de subsistência, de uma profissão para o exercício da qual não possuía título.[57]

Assim como Cascudo, Antônio Soares percorreu os arquivos do estado a fim de buscar mais informações sobre a vida de Manoel Ferreira Nobre. A viagem é encarada não como uma atividade lúdica, mas como uma atividade intelectual, heurística, e um dever cívico que tem como intuito refazer os passos do primeiro historiador do Rio Grande do Norte, o *patrício ilustre*, que Antônio Soares queria honrar por meio não só da sua pesquisa, mas também da instituição do seu nome no *panteão* dos imortais da ANL. A viagem é pensada também como uma prática patriótica que vai ao encontro de um personagem que, por meio de sua escrita e dos seus outros serviços à província, demonstra também seus sentimentos patrióticos. Numa

---

[54] SOARES, Antônio. Ferreira Nobre. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971. p.231.
[55] Idem, p.219.
[56] Idem, p.220.
[57] Idem, p.219.

relação mimética com o seu próprio biografado, Antônio Soares homenageia não só Manoel Ferreira Nobre, mas a si mesmo, com a instituição da cadeira número 4, a qual ocupou na *Academia*.

O motivo central da homenagem a Manoel Ferreira Nobre era o principal fruto do seu patriotismo: "tornar conhecida a sua terra natal" por meio de sua obra.[58] Assim como Tavares de Lyra e Cascudo, Antônio Soares reconhece as deficiências e imperfeições que se notam "aqui e ali, no correr do seu trabalho."[59] Todavia, para ele as deficiências contidas no livro poderiam ser justificadas, considerando que este fora impresso longe de suas vistas.[60] O elemento exterior a obra, isto é, a edição realizada pela editora do Espírito Santo, longe dos olhos do autor, justificaria também suas imperfeições. Manoel Rodrigues de Melo, o prefaciador da edição de 1971, chegou à mesma conclusão:

> Não direi que Ferreira Nobre esteja isento de erros e de enganos. Mas é preciso levar em conta que o seu livro foi composto e impresso em Vitória do Espírito Santo, longe das vistas do autor, impossibilitando-o de fazer uma revisão bem cuidada, evitando assim troca de palavras e datas que só o autor seria capaz de corrigir em tempo. [61]

Para Manoel Rodrigues de Melo, em todo processo de edição de uma dada obra havia uma espécie de *guerra fria* entre os *inocentes autores* e os revisores. Essa metáfora da guerra, bastante em voga no contexto pós-Segunda Guerra, serviu de argumento para afirmar que a *Breve Notícia* passou por possíveis manipulações dos editores, prejudicando ou não o sentido primeiro do seu autor. Ora, a estratégia de Manoel Rodrigues de Melo e de Antônio Soares é clara: dirimir os possíveis erros de Manoel Ferreira Nobre, oferecendo a justificativa do distanciamento entre autor e revisor. Apesar das críticas à *Breve Notícia*, os historiadores do IHGRN estavam convencidos da necessidade de agenciar uma nova edição do livro. Para eles, era preciso tirar do eterno esquecimento o livro e a memória do seu autor.[62]

ATUALIZAR E CORRIGIR: O PAPEL DAS NOTAS DE RODAPÉ

A publicação da segunda edição do livro de Manoel Ferreira Nobre teve um objetivo duplo: ao mesmo tempo em que tirava do esquecimento a obra e o seu autor, ia além do seu o

[58] Idem, p.220.
[59] Idem, p.228.
[60] Idem.
[61] Idem, p.10.
[62]Idem. p.11.

texto, atualizando-o e corrigindo-o. Se as possíveis modificações realizadas pelos revisores capixabas, na primeira edição do livro, foram duramente criticadas por Manoel Rodrigues de Melo no prefácio, as atualizações e correções feitas pelos historiadores do IHGRN à segunda edição, através das notas de rodapé, foram consideradas por ele, como um trabalho "necessário e proveitoso para as letras históricas do Rio Grande do Norte."[63] Textos dos sócios do IHGRN, como Luís da Câmara Cascudo e Nestor Lima, foram inseridos para *dialogarem* com Manoel Ferreira Nobre sobre os assuntos de história e de geografia do Rio Grande do Norte. Os textos dos referidos intelectuais e de outros, como Vicente Lemos, Tavares de Lyra e Rocha Pombo, serviram de baliza para acrescentar, afirmar ou corrigir as informações trazidas por Manoel Ferreira Nobre. Os *diálogos* com o texto do autor foram inscritos através da inserção de notas de rodapé. Estas não tinham como função comprovar documentalmente os fatos e as informações contidas na afirmação do seu próprio autor, indicando as fontes que ele usou para sustentar a sua verdade, tal como faziam os historiadores do século XIX, contemporâneos de Manoel Ferreira Nobre.[64]

As notas da segunda edição não objetivavam dar autoridade ao seu autor, até mesmo porque a grande maioria delas não é de sua autoria. Isso não quer dizer que Manoel Ferreira Nobre não tenha se utilizado do expediente da nota de rodapé. Conforme Anthony Grafton, o uso das notas já se tornara parte do procedimento padrão dos historiadores, antes mesmo que os intelectuais do iluminismo o adotassem.[65] Manoel Ferreira Nobre, como um homem letrado do século XIX, não ficou alheio ao seu uso, embora não o fizesse em larga escala. A maior parte de suas notas de rodapé tinha como escopo detalhar as informações já trazidas no corpo do texto.[66] Por exemplo, quando descreve os limites da cidade de Natal, "começando do Baldo até à Gamboa de João Costinha", Manoel Ferreira Nobre insere uma nota, detalhando o que seria o *Baldo*:

> Assim se chama o tanque que fica ao entrar da cidade, que dá fácil expedição às águas que nêle se aglomeram por ocasião das chuvas.
> Foi fundado no ano de 1810, pelo Governador Lôpo Joaquim de Almeida Henrique. O Capitão de Artilharia do Regimento de Olinda, José Xavier de

---

[63] MELO, Manoel Rodrigues de. Prefácio. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.11.
[64] Sobre erudição e a história dos usos das notas de rodapé nos séculos XVIII e XIX, conferir: GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição.** Campinas: Papirus, 1998.
[65] Idem, p.91.
[66] Na segunda edição, as notas de rodapé de Manoel Ferreira Nobre são identificadas entre parêntesis e com asterisco. Já as notas dos editores são numeradas.

> Mendonça, Comandante da Companhia de linha, foi o administrador da obra, sendo os seus operários e serventes as praças da mesma Companhia.[67]

Nessa nota de rodapé, Manoel Ferreira Nobre visa apenas acrescentar novas informações do que já foi dito no corpo do texto, especificando *o que*, *como* e *por quem* foi fundado o *Baldo.* No entanto, as informações fornecidas pelo autor não são comprovadas pela citação das fontes. Nesse caso, não há qualquer menção sobre o suporte documental em que Manoel Ferreira Nobre baseou-se para ratificar seus dados. Porém, é importante assinalar que, em algumas notas, o autor fez referência às fontes utilizadas. Por exemplo, quando relata sobre o porto de Areia Branca, pertencente, à época, à cidade de Mossoró, o autor cita o documento que o criou, a Lei Provincial nº 658, de 5 de dezembro de 1872, para provar a informação que havia escrito no corpo do texto.[68] Em outras notas, as fontes foram citadas, mas não especificadas. Majoritariamente, suas *referências de pé de página* eram mais descritivas do que comprobatórias.

Diferentemente das notas de rodapé de Manoel Ferreira Nobre, as notas da segunda edição tinham como papel atualizar e corrigir as informações fornecidas pelo próprio autor, funcionando como comentários.[69] Nesse sentido, os comentários de outros historiadores, referenciados nas notas de rodapé, produziram discursos que iam além da obra, ora atualizando-a, ora corrigindo-a, operando um desnivelamento entre o texto primeiro (a narrativa de Manoel Ferreira Nobre) e o texto segundo (os discursos que se articulam ao texto primeiro).[70] A função das notas destinadas à atualização da obra era fazer um balanço entre os dados fornecidos por Manoel Ferreira Nobre, em seu livro de 1877, e as novas informações fornecidas pela edição de 1970. Por exemplo, enquanto Manoel Ferreira Nobre informava sobre o porto de Guararapes, "um dos arrebaldes mais importantes do município da capital", os editores da segunda edição atualizavam a informação através da nota 43: "O pôrto de Guararapes não existe mais. Ficava à margem esquerda do Rio Jundiaí, afluente do Rio

---

[67] NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.37.
[68] Idem, p.91.
[69] Aqui nos utilizamos das discussões que o filósofo Michel Foucault fez em seu texto *A ordem do discurso*, fruto da sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1970. Particularmente, nos apropriamos de sua análise acerca de um dos procedimentos internos do discurso, especificamente, acerca do *comentário*, que opera a partir de um desnivelamento entre os discursos. Somos cônscios de que Foucault não tratou necessariamente de algum texto histórico propriamente dito, mas sua reflexão acerca desse mecanismo de funcionamento interno dos discursos na sociedade, nos permite pensar as notas de rodapé dos editores como dobras do discurso, uma forma de dizer algo além do texto primeiro, isto é, do texto do Manoel Ferreira Nobre. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.
[70] Idem, p.25-26.

Grande ou Potengi. Com a extinção do pôrto desapareceram também a casa e a capela."[71] Este exemplo demonstra como a atualização da segunda edição apresentou aos leitores uma descontinuidade entre passado e presente. Dessa forma, o gesto de atualizar a obra demarca o seu próprio lugar no passado, evidenciando a historicidade do seu texto, encerrando-o como algo que já não existe mais, promovendo um desnivelamento entre o relato do passado e o presente. Através da atualização, os leitores novecentistas poderiam perceber as mudanças ocorridas na própria cidade em quase cem anos, desde a primeira edição da obra, em 1877, até a segunda, em 1971.

Além das atualizações da obra[72], os editores corrigiram-na. Informações históricas e geográficas, bem como erros gramaticais, foram objetos de intervenção dos editores na obra *Breve Notícia*. Nem a numeração dos capítulos, em algarismo romano, da primeira edição, ficou incólume, como explica os editores na nota 56-A: "Na primeira edição do *Breve Notícia* escapou à revisão a numeração em romano do Capítulo IV sôbre a *Cidade do Assu*, o que agora se corrige."[73] A mudança realizada na numeração é um exemplo da interferência direta dos editores da segunda edição no corpo do texto. Mas essa intervenção no texto foi uma exceção e não uma regra. As informações consideradas equivocadas pelos editores foram apontadas em suas notas de rodapé, preservando, segundo eles, o texto original. Por exemplo, no capítulo destinado à cidade de Assú, Manoel Ferreira Nobre afirmara que o jornal *Brado Conservador* tinha sido publicado desde o ano de 1875. Os editores corrigiram essa afirmação: "Há equívoco de Ferreira Nobre. O primeiro número do *Brado Conservador* circulou no dia 28 de setembro de 1876."[74] Para corrigir o erro da informação, os editores recuperam textos de outros historiadores norte-rio-grandenses, colocando-os como elementos de autoridade e de referência para embasar suas retificações. No caso supracitado, o texto a ser considerado foi o artigo de Luís Fernandes, um dos sócios fundadores do IHGRN, intitulado *A imprensa periodica no Rio Grande do Norte do Norte*, publicado pela *RIHGRN*,

[71] NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.40.
[72] Podemos citar também um outro exemplo de atualização da obra realizada pelos editores. Ao mencionar a feira existente na cidade de Natal no período do Império, Manoel Ferreira Nobre mostra o caráter efêmero de sua durabilidade, segundo ele, "porque o povo a abandonou completamente". Os editores inserem a nota 41, citando as feiras existentes na cidade, desde o início do século XIX. Vejamos: "As feiras-livres do município de Natal são de instituição relativamente recente. Não vão aquém dos princípios dêste século. As mais importantes são Alecrim e Rocas. (...) Além dessas velhas feiras do Natal antigo, localizadas na Tatajubeira (Rua Frei Miguelinho) e Rua Nova (Rio Branco), recorda-se ainda a do *Passado da Pátria*, tão falada. As do Alecrim e Rocas são dêste século, mobilizando ainda hoje milhares de pessoas da capital e do interior." Idem, p.39. Este e outros exemplos podem ser encontrados na segunda edição do livro.
[73] Idem, p.54.
[74] Idem, p.61.

entre 1913-1915.[75] Além de Luís Fernandes Sobrinho, os editores também citaram Luís da Câmara Cascudo, este o mais evocado por eles, devido à sua importância e centralidade no cenário intelectual do Rio Grande do Norte, para corrigir os possíveis equívocos históricos cometidos por Manoel Ferreira Nobre. No capítulo III, sobre a cidade de São José de Mipibu, mais precisamente quando Manoel Ferreira Nobre cita o alvará de criação da freguesia, instituído, de acordo com ele, no dia 3 de julho de 1788, os editores inserem a nota 56, explicando o erro do autor a partir de uma informação trazida por Luís da Câmara Cascudo: "A criação da freguesia de São José de Mipibu, segundo Câmara Cascudo, é de 22 de fevereiro de 1762, (...)".[76]

A prática de depuração dos erros históricos, utilizando afirmações de outros historiadores norte-rio-grandenses, se repete em várias passagens do texto de Manoel Ferreira Nobre. Todavia, em outras, parece haver um processo de justificação dos erros do autor, novamente usando o argumento do possível engano cometido pela tipografia capixaba, na primeira edição. Essa questão fica notória, na ocasião do capítulo referente à *cidade do Príncipe*, hoje Caicó, quando Manoel Ferreira Nobre cita o alvará de 3 de julho de 1788, que confirmou o título de *Vila Nova do Príncipe*. Os editores mencionam, a partir das afirmações de Antônio Soares, José Augusto e Cascudo, que o alvará foi criado no dia 31 de julho de 1788, concluindo que: "Ferreira Nobre por um triz não acertou. Terá havido êrro tipográfico?" [77]

Além dos supostos erros históricos, os editores corrigiriam ainda informações geográficas presentes no texto de Manoel Ferreira Nobre. Por exemplo, quando este menciona a localização do *Passo da Pátria,* na capital da província, os editores trataram de corrigi-lo: "O *Passo da Pátria* fica à margem direita do Rio Grande ou Potengi e não à margem esquerda, como diz o autor."[78] Isso também ocorre com a própria gramática do texto. Em vários trechos da segunda edição da *Breve Notícia,* foram indicados os *solecismos* do autor. Podemos perceber essa questão no seguinte exemplo: "A Igreja da Matriz, a Casa de Mercado Público, a casa assobradada, destinada para residência da freguesia, são obras que honram a cidade."[79] Para os editores, Manoel Ferreira Nobre empregou o verbo *destinar*

[75] Os volumes XI, XII e XIII, correspondente aos anos de 1913 a 1915, foram reunidos em o único volume. Não sabemos precisamente em que ano, especificamente, foi publicado o artigo de Luís Fernandes Sobrinho. No entanto, o artigo *A imprensa periodica no Rio Grande do Norte do Norte*, referente à parte II, seção II, foi publicado nesse volume único.
[76] NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.54.
[77] Idem, p.68.
[78] Idem, p.31.
[79] Idem, p.73.

inadequadamente na oração: "Neste caso, invés da preposição simples "para", deveria o historiador ter empregado o "a" craseado, fusão da preposição simples "a" com o artigo feminino "a" (à) com o sentido de movimento e não "para" com o sentido de fixação, de permanência."[80] Nem os erros gramaticais ficaram livres das correções dos editores. Segundo eles, em respeito à memória biográfica de Manoel Ferreira Nobre e à fidelidade ao texto da primeira edição, não fizeram intervenções diretas no corpo do texto – a não ser na ordem de numeração dos seus capítulos, como citamos anteriormente.[81]

CONCLUSÃO

Os membros do IHGRN foram rigorosos com o que eles consideravam a primeira história do Rio Grande do Norte. Preocuparam-se em tirá-la do esquecimento, mas também foram além dela, atualizando-a e corrigindo-a. Eles fizeram, até então, a leitura mais cuidadosa da *Breve Notícia* – ao menos a que chegou até nós. Não sabemos, entretanto, como o livro de Manoel Ferreira Nobre foi recebido pelos seus primeiros leitores, muito menos quais foram suas críticas e/ou elogios à *Breve Notícia.* Contudo, é certo que o IHGRN desempenhou um papel importante no processo de construção da memória em torno do pioneirismo de Manoel Ferreira Nobre e de sua obra.

[80] Idem, p.73.
[81] Idem.